



**FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS RESPOSTAS A INQUÉRITO REFORÇAM POSIÇÕES DA FENPROF**

**A gestão democrática esteve sempre na agenda reivindicativa da FENPROF**, porque as questões relativas à direção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das escolas – pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o próprio clima de escola.

**O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas** e a escola – onde as crianças e jovens passam cada vez mais anos das suas vidas – é o principal espaço de realização dessa aprendizagem. A democratização do governo das escolas deve, por isso, ser defendida não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também pelo seu impacto na **promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica**.

Para a FENPROF, **o regime de administração escolar em vigor representa um retrocesso no funcionamento democrático da escola pública**. Retrocesso consubstanciado, entre outros aspetos, na concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, no abandono de práticas democráticas colegiais, no quase desaparecimento de processos eleitorais e na limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa, constituindo hoje um fator que contribui para a erosão da vida democrática das escolas e para o desgaste pessoal e profissional dos professores.

É neste contexto que **a FENPROF considera ser urgente rever o atual regime de autonomia e gestão das escolas**, aprofundando dinâmicas participativas que reforcem a democraticidade na organização escolar e estabelecendo uma matriz que concilie grandes linhas de força para a organização escolar com margens de liberdade significativas, que possibilitem a implementação das soluções mais ajustadas ao exercício da autonomia legítima que cabe às escolas.

A concretização deste objetivo passa, em primeiro lugar, pela criação, em todas as escolas, de um forte movimento em torno desta questão. No âmbito da campanha “Mais democracia para as escolas”, **a FENPROF realizou, de 30 de janeiro a 3 de fevereiro, uma Semana de Consulta aos Professores**, através de um inquérito destinado, por um lado, a promover a participação dos professores neste processo e, por outro, a auscultar a sua opinião sobre aspetos centrais do atual regime de gestão, assim como sobre as propostas que a FENPROF tem vindo a defender nesta área.

**Este inquérito teve a participação ativa de quase 25.000 professores, mais exatamente 24.575, de norte a sul do país**. Preenchido em papel, foi depois recolhido e assinado por um professor dinamizador do processo em cada uma das escolas onde foi preenchido.

**As respostas ao inquérito não deixam dúvidas quanto ao grau de identificação dos professores com os princípios que enformam as propostas da FENPROF para a direção e gestão democráticas das escolas: a elegibilidade dos órgãos, a colegialidade do seu funcionamento e a participação da comunidade escolar na tomada de decisões.**

Alguns exemplos: 22 667 professores, **92% dos que responderam ao inquérito defendem que “o órgão de gestão deve ser colegial (equipa eleita por lista)”** e 22 693 que deve ser eleito **“por todos os professores/educadores, funcionários e representantes dos encarregados de educação e alunos”**. Estas respostas representam uma clara rejeição do modelo atual, que consagra um órgão de gestão unipessoal (diretor que escolhe o subdiretor e os seus adjuntos), selecionado por um Conselho Geral com um máximo de 21 elementos.

A **eleição como opção política e legislativa** é reafirmada também no que diz respeito à escolha dos **coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias** (coordenadores de departamento e dos diretores de turma), sendo defendida por 94 e por 87% dos inquiridos respetivamente.

Para além disso, é igualmente expressiva a **recusa da municipalização da educação** como opção de descentralização da administração educativa (apenas 3% defende a transferência de mais competências para as Câmaras Municipais) – questão que assume hoje também grande importância e atualidade.

Quanto aos **mega-agrupamentos, 83% considera-os “unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica”**, o que vem ao encontro da exigência da FENPROF de reversão desta opção de reorganização da rede.

Em síntese, **os resultados do inquérito mostram uma grande convergência entre as posições dos professores e as propostas da Fenprof neste âmbito**. Segue-se agora uma discussão escola a escola sobre os resultados do inquérito, as propostas da FENPROF e ações a desenvolver visando a alteração do atual regime de autonomia e gestão das escolas. Para além da **discussão com os professores**, a FENPROF pretende também apresentar os resultados do inquérito e as suas propostas a outros representantes da comunidade educativa. O primeiro destes espaços de discussão foi com **diretores de escola/agrupamento**, tendo-se constatado uma proximidade de pontos de vista relativamente a muitas das questões tratadas. Seguir-se-ão reuniões **com representantes do movimento associativo de pais e de alunos, dos sindicatos representativos do pessoal não docente** e ainda, uma reunião **com a ANMP**. A todos, a FENPROF proporá uma reflexão sobre o atual regime de autonomia e gestão das escolas e sobre as propostas dos professores para a sua revisão, processo que esperamos seja iniciado a breve prazo.

O Secretariado Nacional  
21.02.2017